



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO

DE

2010

**ANAREPRE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS RECUPERADORES DE
PRODUTOS RECICLÁVEIS**

ABRIL 2011

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Colegas,

Chegámos ao fim de mais um exercício e, como tem sido prática, tenho aproveitado a oportunidade para tecer algumas considerações sobre o que se me afigura ter sido o comportamento da economia e seus reflexos nos nossos negócios e vida privada.

Começarei por recordar que, aquando do encerramento do exercício passado, estávamos perante um quadro francamente negativo em que, como reflexo da crise internacional que então se vivia e que, infelizmente ainda se mantém, o País evidenciava nos seus principais indicadores resultados altamente preocupantes. A saber:

- .Um PIB de -2,5;**
- .Um Investimento de -11,6;**
- .Exportações com -11,4;**
- .Importações com -10,5**
- .Um volume de desemprego na ordem dos 9,8.**

Hoje, ao fazer uma análise do comportamento em 2010, poderemos dizer que nos encontramos relativamente melhor em alguns itens, como, por exemplo, as Exportações (a crescerem para 9,0) o Investimento (a aumentar embora se mantenha, ainda, no negativo - 5.0) mas, o que infelizmente não poderá deixar de nos manter altamente preocupados, é que passamos a registar um volume de importações, na ordem dos 5.0 e, convenhamos que muito grave, um índice de desemprego em crescendo, para os 10,9.

Um País tão pequeno como o nosso não pode ter cerca de 560.000 dos seus activos no desemprego.

Este comportamento da economia nacional não pode constituir motivo de orgulho para ninguém e muito menos para aqueles que, enquanto eleitos, se encontram responsáveis pela governação.

A crise internacional, aceitamos, não ajudou em nada o processo de convergência em que estivemos empenhados – pelo menos era essa a promessa da nossa classe política.

Mas meus caros Colegas, porque é que nós, os Portugueses e, naturalmente, quem nos Governa, não opta por implementar medidas estruturantes do tipo das praticadas, por exemplo, nos Estados Unidos, na Alemanha, no Japão e até no Brasil?

Estas economias – onde os activos não são melhores do que os nossos – crescem e nós continuamos com a nossa triste e vil saga de nos arrastarmos, discutindo o sexo dos anjos, enquanto vamos assistindo a sucessivas ultrapassagens pelos Países de recente adesão e que há bem pouco se encontravam em pior situação que a nossa.

A cauda da Europa não pode ser o nosso objectivo e o facto de nos encontrarmos na sua periferia não pode significar que, e até por isso, não possamos ter vantagens competitivas. Temos é de as explorar!

O próximo exercício, infelizmente, também não promete grandes mudanças, até pelas medidas políticas anunciadas e consignadas no Orçamento de Estado para 2011.

Em vez de se optar pela implementação de medidas estruturantes iremos continuar com o nosso futuro sucessivamente adiado sem, contudo, deixar de pagar mais e mais impostos e de ter, cada vez menos, qualidade de vida.

Portugal e os portugueses merecem bem mais.

Muito obrigado a todos.

Fernando Branco

SINTESE DE GESTÃO

Certamente a crise mas fundamentalmente a realidade associativa nacional continuou a ditar as suas regras e, com grande pena nossa, vimos registando uma franca redução no número de associados, logo e, também, na capacidade financeira da Associação.

Em finais de 2007 registávamos a adesão de 59 associados, passamos para 51 em finais de 2008, para 43 em finais de 2009 e para 39 em finais e 2010.

Em termos de capacidade financeira passámos de uma orçamentação de 75.000€ para 2008, de 70.500€ para 2009, de 60.000€ para 2010 e, como poderá verificar-se no documento respectivo, de 56.333€ para 2011.

Tem sido um decréscimo de potencial altamente preocupante quando, convenhamos, o sector deveria criar as condições indispensáveis de suporte a uma intervenção consequente e de reforço da defesa dos legítimos direitos de quem nele trabalha e que se vê confrontado com crescentes avanços e protagonismos de novos agentes, parte dos quais sem tradição no sector e, quando a têm, deveriam confinar-se às áreas para que se encontram vocacionados e até legitimados em termos do seu enquadramento internacional.

Mas o associativismo é isto mesmo, pelo menos no nosso país, onde pautava a doentia apetência para privilegiar intervenções insustentadas, mas nem por isso menos onerosas, pelo que não será despidendo reiterar o que sobre a matéria ficou dito no Relatório do exercício anterior:

Todos estarão atentos à panóplia de oportunidades e vantagens que a acção da Anarepre lhes tem vindo a propiciar, contudo, quanto ao assumir dos custos, apenas alguns avançam, os “outros”, os “vivaços”, esses, vão colhendo e, quiçá, maldizendo.

A prova provada de que assim é poderá constatar-se no bloco das Empresas que, não sendo associadas da ANAREPRE, não deixam, contudo, de trabalhar com as Entidades que esta fez questão de ajudar a criar, como são os casos da RECIPAC, da VALORCAR e, quiçá, da GVB, onde, certamente, este tipo de comportamento não deixará de surgir.

Este é, infelizmente, o balanço do “movimento de sócios” que temos para apresentar aos associados, importando, contudo, salientar que, entre eles, se encontra a nata do sector que, por sua vez, representará cerca de 90% da actividade nacional, em termos de movimentação económica.

Esta realidade não conduziu, contudo, à desmobilização da Associação, pelo que fizemos questão de continuar a acompanhar as principais questões que importam ao sector, quer em termos da nossa intervenção directa nas instituições de que somos parte (VALORCAR, RECIPAC, GVB e BIR), quer participando

activamente na identificação dos anseios de sector e respectiva consideração nos respectivos quadros reguladores.

Reportamo-nos concretamente aos pareceres emitidos relativamente às problemáticas dos RCD(s) (Dec.Lei 46/2008), à definição da nova Lei Quadro para os Resíduos (processo de transposição da Directiva 2008/98/CE, integrando o Grupo de Trabalho de especialidade criado por iniciativa da APA) , quer emitindo pareceres sobre o projecto de Decreto-Lei que visa substituir o Dec.Lei 178/2006.

A desclassificação dos Resíduos, tema, aliás, que desde há muito temos defendido, tem merecido, igualmente, a nossa atenção e emissão de opinião, mormente no que respeita à simplificação dos processos e exigências burocráticas subjacentes ao seu transporte para os destinos finais.

Relativamente aos produtos é possível informar que a formalização da desclassificação dos resíduos de Metal, embora o processo tenha surgido mais tarde do que o que respeita ao Papel e Cartão, se encontra bem mais avançado a nível da Comissão Europeia, sendo suposto que acabará por servir de “cobaia” para a definição das práticas futuras.

Procurámos ajudar os associados quer na identificação dos problemas relacionados com as obrigações legais relativamente à problemática da Higiene e Segurança no Trabalho, quer quanto às formas de adequarem as respectivas realidades aos requisitos legais aplicáveis. A propósito negociámos com uma Empresa da especialidade condições especiais para que os associados que o desejem possam realizar auditorias, requalifiquem as suas unidades e promovam a realização dos actos médicos a que se encontram obrigados.

A “Formação Profissional” foi, também ela, uma das questões que procurámos abordar com a abrangência recomendada pelas obrigações legais a que as Empresas se encontram sujeitas.

Recordamos a propósito, como, aliás, temos vindo a fazer constar nos Relatórios dos últimos exercícios, pese os esforços realizados não foi, de todo, possível prestar este serviço à comunidade empresarial que representamos, por manifesta ausência de resposta das Empresas.

Ainda dentro deste tipo de preocupação participámos activamente em encontros de trabalho, onde colocámos questões e sugerimos procedimentos, que tiveram lugar na APA – Agência Portuguesa do Ambiente; no IMTT – Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres; CRA – Conservatória do Registo Automóvel, etc. etc.

Temos vindo a acompanhar o processo de afirmação da GVB-Gestão e Valorização de Baterias, Entidade Gestora de Acumuladores em Fim de Vida de que a ANAREPRE faz parte, integrando os seus Corpos Sociais, a exemplo, aliás, do que se verifica com a VALORCAR.

A afirmação da GVB não tem sido processo fácil, fundamentalmente porque a EXIDE, enquanto seu principal promotor, só no final do prazo definido para a

apresentação das candidaturas obteve luz verde dos seus Órgãos de decisão o que, naturalmente, contribuiu para que a atribuição da licença tivesse lugar bem mais tarde do que o verificado relativamente aos seus concorrentes que, entretanto, foram criando as suas condições de afirmação no terreno.

Como é do conhecimento dos associados a ANAREPRE, no respeito pelo sagrado princípio da defesa intransigente dos legítimos direitos da comunidade empresarial que representa, participou activamente no processo de criação da VALORCAR e da GVB, cujos Órgãos Sociais é parte integrante e, relativamente às quais considera fundamental que se afirmem e cumpram religiosamente as obrigações a que se comprometeram, condição para que a APA, enquanto Entidade licenciadora, promova a sua manutenção activa.

A ANAREPRE tem consciência de que a comunidade empresarial saberá avaliar das vantagens subjacentes à existência das duas Entidades e, nessa conformidade, actuar por forma a que qualquer delas possa vir a ter facilitado os seus propósitos de atingir objectivos a que se encontram obrigadas.

Mantivemos premente o serviço de informação aos associados, quer respondendo às questões que nos são colocadas, quer levando ao seu conhecimento tudo o que foi publicado, em termos de legislação nacional, quer, quando perante situações do interesse específico do sector, complementado com os comentários que os temas nos suscitam.

O Site da ANAREPRE tem sido, como aliás sempre esperamos, uma importante fonte de informação, quer sobre o que vamos produzindo, quer sobre tudo aquilo que chegado ao nosso conhecimento seja considerado importante para o sector.

Em termos de comportamento financeiro tivemos um resultado negativo de exercício de € 6.089,99, que se fica a dever ao facto de termos anulado quotas entretanto consideradas incobráveis e de, em termos de proveitos ter recebido, a título de quotizações ordinárias e extraordinárias, a importância de € 51.845,00, contra os cerca de € 46.075,41 cobrados em 2009, tendo, como despesa global, o montante de € 59.043,79 (€ 64.027,09 em 2009).

Passamos a evidenciar os Quadros da especialidade, relativamente aos movimentos financeiros realizados durante 2010, sendo de realçar o facto de, a nível de despesas comparadas com o exercício de 2009, termos gasto menos cerca de € 5.000.

BALANÇO GERAL SINTÉTICO

31 DE DEZEMBRO DE 2010

ACTIVO	2010			2009	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2010	2009
	Activo Bruto	Amort./Prov.	Activo Líq.	Activo Líq.			
- IMOBILIZADO					- CAPITAL PRÓPRIO		
. Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	. Capital	0,00	0,00
. Imobilizações Corpóreas	9.019,96	8.869,80	150,16	224,91	. Resultados Transitados	52.809,38	70.266,81
. Imobilizações Financeiras	17.070,78	0,00	17.070,78	17.070,78	. Resultado Líquido do Exercício	-7.198,79	-17.457,43
	26.090,74	8.869,80	17.220,94	17.295,69	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	45.610,59	52.809,38
- CIRCULANTE					- PASSIVO		
Curto Prazo					EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
. Estado e O. E. P.	0,00	0,00	0,00	0,00	. Estado e Outros Entes Públicos	746,46	459,39
. Sócios	7.108,80	1.108,80	6.000,00	6.518,80	. Sócios	0,00	0,00
. Clientes	3.750,00	0,00	3.750,00	10.009,00	. Fornecedores	0,00	-9,87
	10.858,80	1.108,80	9.750,00	16.518,80	. Acréscimos e Diferimentos	0,00	-5.000,00
Disponibilidades					. Outras Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00
. Caixa	59,54	0,00	59,54	76,24	TOTAL DO PASSIVO	746,46	-4.550,48
. Depósitos Bancários	19.326,57	0,00	19.326,57	14.368,17			
	19.386,11	0,00	19.386,11	14.444,41			
- Acréscimos e diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL DO ACTIVO	56.335,65	9.978,60	46.357,05	48.258,90	TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO	46.357,05	48.258,90

Lisboa, 31 de Dezembro de 2010

A Direcção

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO DE 2010		EXERCÍCIO DE 2009	
61 - Custo mercad., Consumidas e Vendidas	0,00	0,00	0,00	0,00
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	28.655,39		36.848,41	
64 - Custos c/Pessoal	24.554,64	53.209,83	19.060,17	55.908,58
66 - Amortizações	74,75		903,75	
67 - Provisões	1.108,80	1.183,55	0,00	903,75
63 - Impostos	0,00		30,00	
65 - Outros Custos Operacionais	4.440,00	4.440,00	4.910,00	4.980,00
A) CUSTOS OPERACIONAIS		58.833,38		61.772,33
68 - Custos Financeiros	55,53	55,53	200,89	200,89
C) CUSTOS OPERAC. + FINANCEIROS		58.888,91		61.973,22
69 - Custos e Perdas Extraordinários	154,88	154,88	2.053,87	2.053,87
E) CUSTOS TOTAIS		59.043,79		64.027,09
66 - Imposto s/Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
G) CUSTO TOTAL + IRC		59.043,79		64.027,09
88 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-5.080,99	-7.198,79	-17.457,43	-17.457,43
TOTAL		51.845,00		46.569,66

PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO DE 2010		EXERCÍCIO DE 2009	
72 - Prestações de Serviços	51.845,00	51.845,00	46.075,41	46.075,41
74 - Subsídios à Exploração	0,00		0,00	
76 - Outros Proveitos Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
B) PROVEITOS OPERACIONAIS		51.845,00		46.075,41
75 - Proveitos Financeiros	0,00	0,00	494,25	494,25
D) PROVEITOS OPERAC. + FINANCEIROS		51.845,00		46.569,66
78 - Proveitos e Ganhos Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		51.845,00		46.569,66

RESULTADOS OPERACIONAIS (B-A)	-6.988,38		-15.696,92
RESULTADOS FINANCEIROS (D-B)-(C-A)	-55,53		293,36
RESULTADOS CORRENTES (D-C)	-7.043,91		-15.403,56
RESULTADOS ANTES DOS IMPOSTOS (F-E)	-7.198,79		-17.457,43
RESULTADOS LÍQUIDOS DOS EXERCÍCIOS (F-G)	-7.198,79		-17.457,43

Lisboa, 31 de Dezembro de 2010

A Direcção

ESTIMATIVA ORÇAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DE 2011

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

-Ferramentas e Utensílios	140
-Livros e Doc. Técnica	250
-Material de Escritório	700
-Artigos de Oferta	500
-Rendas e Alugueres	3.000
-Despesas Representação	10.000
-Comunicação	3.000
-Deslocações e Estadas	4.000
-Honorários	1.200
-Conservação e Reparação	100
-Contencioso e Notariado	-0-
-Trabalhos Especializados	2.500
-Outros Fornecim. e Serviços	1.000

CUSTOS COM PESSOAL

-Vencimento pessoal (c/Subs. Férias e Natal)	16.660
-Subsídio Refeição	3.550
-Encargos s/Remunerações	2.358
-Subsídio Transporte	425
-Outras Despesas	1.300

OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS:

-Quotizações	4.500
--------------	-------

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO:

-Amortizações de equip. administrativo	1.000
-Serviços Bancários	<u>150</u>
Total	<u>56.333</u>

PROVEITOS E GANHOS:

-Quotização ordinária	48.000
Total	<u>48.000</u>
-Previsão de resultado	(-) <u>8.333</u>

Lisboa, Dezembro de 2010

A DIRECÇÃO

PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2011

O registo das actividades desenvolvidas pela ANAREPRE elucida sobre as acções acompanhadas durante o exercício de 2010, sendo legítimo salientar que o respectivo grau de consolidação terá concorrido significativamente para a consolidação da estratégia prosseguida pela Anarepre.

De facto e pese, embora, os recuos verificados a nível de prestígio dos agentes que trabalham no sector, fruto inquestionável da forma como tem passado para a opinião pública os casos em que se encontram envolvidos alguns nossos colegas, não poderemos, contudo, deixar de considerar que o sector não pode perder o peso institucional que tanto lhe tem custado a ganhar.

Continua a ser chamado a participar; está claramente classificado enquanto Actividade Económica; dispõe de um quadro jurídico claro, em que o licenciamento das unidades de processamento deixou de constituir problema; continua a usufruir de uma consideração especial no que concerne ao regime de aplicação do IVA no sector.

Temos ainda por conseguir respostas a objectivos e direitos que legitimamente assistem à comunidade empresarial que representamos o que nos reforça o ânimo para continuar a lutar empenhadamente, a exemplo, aliás, do que se verificava nos períodos que precederam os êxitos registados pela acção da Associação.

Por isso e uma vez que na sua apresentação existiu o cuidado de focar os temas pela sua generalidade iremos manter a globalidade das preocupações apresentadas como plano de acção em 2010, aumentando apenas o nível da pressão que nos propomos exercer junto das Instituições responsáveis, com vista a:

- **Manter cuidada atenção e intervir sempre que se registem atitudes, ou situações, contrárias aos compromissos que o país assumiu junto das Comunidades, particularmente quando tais compromissos representam a obrigação da salvaguarda e ou implementação do envolvimento da iniciativa privada nas actividades de recolha, preparação e encaminhamento de resíduos banais de produção industrial.**
- **Manter uma postura pró-activa junto das diferentes Instituições responsáveis mas, muito principalmente, junto da Administração pública, por forma a que o exercício da actividade e o cumprimento das obrigações a que o sector, nos seus diferentes modos de estar, se encontra sujeito, sejam interpretadas e cumpridas, de igual forma no todo do território nacional.**

- **Manter a proliferação e defesa do princípio do exercício da actividade alargada ao todo do território nacional, a coberto da figura de “Centro de Recolha e Encaminhamento de produtos em Fim de Vida Útil”, a trabalhar na lógica do multi-produto.**
- **Manter premente a tese e disponibilização do sector para o estabelecimento de iniciativas de cooperação com as Administrações Autárquicas, por forma a aproveitar e rentabilizar os meios disponíveis no sector (saber fazer e, quiçá, equipamentos de especialidade), e maximizar qualitativa e quantitativamente as potencialidades (pessoas e equipamentos) disponíveis nos Municípios e ou nas iniciativas Multimunicipais**
- **A consolidação da participação dos associados reforçando a seu envolvimento no processo de maximização dos aproveitamentos dos produtos em presença e, assim, concorrendo para facilitar o cumprimento dos objectivos prosseguidos pelas Entidades legitimadas a assumir a gestão dos resíduos de que são responsáveis (RECIPAC; VALORCAR; SPV; VALORPNEU; AMB3E; SOGILUB; GVB etc.), será uma das constantes acções que desenvolveremos.**
- **A necessidade de consolidar, em definitivo, o processo de monitorização dos movimentos dos diferentes produtos trabalhados, condição fundamental à evidenciação, a que estamos obrigados, interna e externamente. A disponibilização destes dados, além de constituir um precioso auxiliar de gestão às Empresas do sector, transmite uma imagem de eficiência e modernidade instaladas na actividade.**

Quanto maior e melhor for a ANAREPRE mais capacidades teremos para fazer vingar os objectivos na defesa intransigente dos legítimos interesses de quem trabalha no sector.

Lisboa, Abril de 2011.

A DIRECÇÃO



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da ANAREPRE e no estreito cumprimento do mandato de que estamos imbuídos venho, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal da nossa Associação, submeter à consideração dos Senhores Associados, o parecer do Conselho Fiscal, sobre os documentos de prestação das contas relativas ao exercício de 2010.

Acompanhamos a actividade desenvolvida pela Associação através das informações que nos têm sido prestadas pela Direcção e pelos registos contabilísticos, tendo verificado que tudo se encontra na devida ordem e no respeito pelas disposições legais e estatutárias.

Nesta conformidade proponho, em nome do Conselho Fiscal, que:

- 1.º Seja aprovado o “Relatório e Contas do Exercício de 2010”**
- 2.º Seja aprovado um voto de louvor à Direcção pela forma empenhada e competente como conduziu a gestão e o desenvolvimento das actividades, em suma os destinos da nossa Associação.**

Lisboa, Abril de 2011.

O Presidente do Conselho Fiscal

João Manuel Carvalho Dias, Ld.^a
(Repr. por João Paulo Henriques Dias)